

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA PROJETOS, OBRAS E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO IFPR

CARTA CONVITE 02/2010-CLPOMI

PROCESSO	63.000831/2010-27
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES
MODALIDADE	CARTA CONVITE
TIPO DE LICITAÇÃO	MENOR PREÇO
REGIME DE EXECUÇÃO	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
VALOR ESTIMADO	R\$ 14.875,00 (QUATORZE MIL OITOCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)

1. PREÂMBULO

- 1.1. **O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ – IFPR** - mediante a Comissão de Licitação para Projetos, Obras e Manutenção da Infraestrutura, designada pela Portaria nº. 190 de 08 de outubro de 2009, torna público para conhecimento de todos os interessados, que na forma da lei 8.666 de 21 junho de 1993 e alterações posteriores, realizará licitação na modalidade **CARTA CONVITE**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob o regime de execução **INDIRETA - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, visando à contratação de empresa para a conserto e manutenção dos elevadores da Reitoria localizado na Rua João Negrão, 1281 – Rebouças – Curitiba - Paraná, conforme Termo de Referência deste CONVITE, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, da e demais normas legais pertinentes, e ainda, o estabelecido nesta CARTA CONVITE e seus anexos.

2. DO OBJETO

- 2.1. O presente Carta Convite tem por objeto a contratação de empresa para manutenção de elevadores para o Prédio da Reitoria, situado na Avenida João Negrão, 1281, Município de Curitiba, conforme Termo de Referência e minuta do Contrato, vinculados a este procedimento.

3. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E DA ABERTURA

- 3.1. Os envelopes a que se refere o item 8 deste CONVITE, contendo respectivamente os documentos de habilitação e os de proposta de preço, acompanhados, se for o caso, dos documentos previstos no subitem 7.1 deste edital, deverão ser entregues diretamente à Comissão de Licitação, exclusivamente na data, no local e no horário abaixo determinados, sendo vedada a remessa dos documentos por via postal ou qualquer outra forma de entrega que não a prevista neste subitem:

DATA DE RECEBIMENTO: 17/05/2010

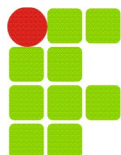
HORÁRIO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Das 08:00 às 12:00 horas (horário de Brasília/DF).

HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14:00 (horário de Brasília/DF).

LOCAL: Reitoria do Instituto Federal do Paraná. Rua João Negrão, 1281 – Rebouças - Curitiba-PR

- 3.2. A sessão de recebimento dos envelopes iniciar-se-á impreterivelmente às 08:00 horas, estendendo-se até às 12:00 horas, na mesma data e local, não sendo, a partir deste momento, recebido nenhum novo envelope.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO



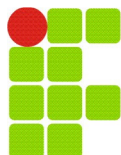
- 4.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do presente CARTA CONVITE, por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, protocolizando o pedido até o 5º (quinto) dia útil anterior à data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, no endereço discriminado no subitem 23.8, devendo o Presidente da Comissão de Licitação para Projetos, Obras e Manutenção da Infraestrutura julgar e responder à impugnação em até três dias úteis.
- 4.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente CARTA CONVITE a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades nele supostamente existentes até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 4.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 4.4. Acolhida a impugnação contra o CARTA CONVITE, será designada nova data para a realização do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 5.1. Poderão participar da presente licitação as empresas convidadas, em número mínimo de três, e quaisquer interessados cadastradas no SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores) na correspondente especialidade que manifestarem interesse em participar do certame com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da entrega dos envelopes de “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇOS”, conforme prazo estipulado no item 3.1.
- 5.2. Não poderão participar da presente licitação as interessadas que: estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Instituto Federal do Paraná; tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública; encontrem-se sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação, bem como licitantes que se apresentem constituído na forma de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

6. DA HABILITAÇÃO PARCIAL NO SICAF

- 6.1. É permitida a comprovação da habilitação jurídica, da regularidade fiscal e da qualificação econômico-financeira por meio de cadastramento e habilitação parcial no SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores), nos termos do Decreto nº 3.722/2001, do Decreto nº 4.485/2002, e da Instrução Normativa nº 5/1995, do extinto Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE
 - 6.1.1. O cadastramento e a habilitação parcial no SICAF poderão ser realizados pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos/entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que integram o Sistema de Serviços Gerais – SISG
 - 6.1.2. Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá atender às condições exigidas para cadastramento e sua habilitação parcial no SICAF, apresentando a documentação discriminada na IN MARE nº 5/1995, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para o recebimento dos documentos de habilitação e da proposta de preço.
 - 6.1.3. No caso de a licitante optar em utilizar o SICAF para comprovar a habilitação jurídica, a regularidade fiscal e a qualificação econômico-financeira, na forma e condições estabelecidas neste Edital, fica esclarecido que será assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar, dentro do envelope de “HABILITAÇÃO”, os



documentos mencionados no subitem 9.1 para substituir aqueles eventualmente vencidos ou desatualizados, constantes da declaração impressa do SICAF.

7. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 7.1. As empresas consideradas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto naquela lei, deverão apresentar, juntamente com os documentos solicitados no item 9, no envelope nº 01 “HABILITAÇÃO”, uma declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo do Anexo III deste edital.
- 7.2. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, conforme previsto no subitem 16.2 deste edital.
- 7.3. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão apresentar cadastro no SICAF com restrição na sua situação fiscal, hipótese em que terá lugar o procedimento previsto no subitem 16.2 do edital.
- 7.4. As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das microempresas e empresas de pequeno porte que não apresentarem a declaração prevista no subitem 7.1, poderão participar normalmente do certame, porém em igualdade de condições com as empresas não enquadradas neste regime.
- 7.5. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte, pela Lei Complementar nº 123/2006, as empresas que se enquadrarem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo quarto do seu artigo terceiro.

8. DOS ENVELOPES

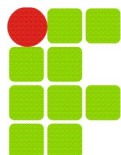
- 8.1. Cada licitante deverá apresentar perante a Comissão de Licitação, na data e horário estabelecido no item 3 deste edital, 2 (dois) envelopes, contendo os documentos de “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇO”.
- 8.2. Os conjuntos de documentos, relativos à Habilitação e à Proposta de Preço, deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, identificados com o nome da licitante, o número e o título do conteúdo (“Habilitação” e “Proposta de Preço”) na forma dos incisos I e II a seguir:

- 8.2.1. Envelope contendo os documentos de HABILITAÇÃO;

<p>ENVELOPE N° 01 – HABILITAÇÃO Comissão de Licitação para Projetos, Obras e Manutenção da Infraestrutura CARTA CONVITE N° 02/2010-CLPOMI LICITANTE: _____ CNPJ: _____</p>
--

- 8.2.2. Envelope contendo a PROPOSTA DE PREÇOS;

<p>ENVELOPE N° 02 – PROPOSTA DE PREÇOS Comissão de Licitação para Projetos, Obras e Manutenção da Infraestrutura CARTA CONVITE N° 02/20109-CLPOMI LICITANTE: _____ CNPJ: _____</p>
--



8.3. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados no original, ou por cópia com autenticação procedida por tabelião ou por servidor do Instituto Federal do Paraná, à vista do original ou ainda, pela juntada das folhas de órgão da imprensa oficial onde tenham sido publicados;

8.3.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à habilitação e à proposta de preço, deverão ser apresentados em português, admitida a nomenclatura técnica específica;

8.3.2. A autenticação dos documentos, quando feita por servidor do IFPR, será efetuada no endereço discriminado no subitem 23.8, no horário das 09 às 12 horas e das 14 às 17 horas, até o dia útil imediatamente anterior à data fixada para o recebimento dos envelopes;

8.3.3. Não serão retiradas cópias dos documentos no âmbito do Instituto Federal do Paraná.

8.3.4. O CNPJ indicado nos documentos de habilitação e da proposta de preço deverá ser do mesmo estabelecimento que efetivamente irá executar o objeto desta licitação, não se admitindo CNPJ diverso, mesmo se de filial da licitante.

8.4. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preço.

9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE N° 1

9.1. As licitantes que não optarem por utilizar o SICAF, inclusive as micro-empresas e empresas de pequeno porte, para a comprovação da habilitação jurídica, da regularidade fiscal e da qualificação econômico-financeira deverão apresentar no envelope “HABILITAÇÃO” os documentos listados a seguir. A ausência destes documentos no envelope “HABILITAÇÃO” indicará que a licitante optou por utilizar o SICAF.

Habilitação Jurídica

9.1.1. Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

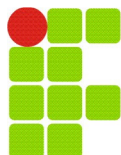
9.1.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou registro comercial, no caso de empresa individual.

9.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Regularidade Fiscal

9.1.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). A prova de inscrição no CNPJ será feita pela apresentação do “Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral”, obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no endereço “www.receita.fazenda.gov.br”.

9.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



9.1.6.A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, conforme Decreto nº 6.106/2007 será efetuada mediante a apresentação de:

9.1.6.1. Certidão específica, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, quanto às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b”, e “c” do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive em dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social, por ela administrada;

9.1.6.2. Certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos e à Dívida Ativa da União, por ela administrados;

9.1.6.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei.

9.1.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

Qualificação Econômico-Financeira

9.1.8.Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de três meses da data da apresentação da proposta.

9.1.8.1. A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), os quais devem ser maiores que 1,20 resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

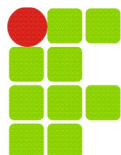
$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

9.1.8.2. O balanço patrimonial deverá estar assinado pelo responsável legal da empresa e pelo responsável por sua elaboração, contador ou outro profissional equivalente devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

9.1.8.3. As fórmulas dos índices contábeis referidos deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

9.1.8.4. Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão de Licitação efetuará os cálculos.

9.1.8.5. Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.



9.1.9. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN

9.2. Regularidade junto ao CADIN, deverá ser comprovado no momento da habilitação, bem como no momento da contratação a regularidade junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN.

9.2.1. A Comissão realizará consulta on-line junto ao CADIN na seção de abertura dos documentos de habilitação.

Declarações

9.3. Todas as licitantes – inclusive as que optarem em utilizar o SICAF para fins de verificação de seu cadastramento e habilitação parcial naquele sistema – deverão apresentar dentro do Envelope nº 1, os seguintes documentos;

9.3.1. Declaração, assinada por quem de direito, de inexistência de fato superveniente à emissão das certidões apresentadas ou à sua inscrição no SICAF, conforme for o caso, impeditivo à habilitação no presente certame licitatório, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital;

9.3.2. Declaração, assinada por quem de direito, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme modelo constante do Anexo V deste Edital;

Comprovação de valor mínimo de Patrimônio Líquido

9.3.3. Comprovação de Patrimônio Líquido, igual ou maior que R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), na forma disposta no subitem 9.1.8 deste edital.

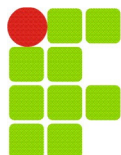
Qualificação Técnica

9.3.4. Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, em nome da licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação.

9.3.5. **Comprovação de aptidão de desempenho técnico da empresa**, por meio de atestado ou certidão fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, que comprovem manutenção emitido pelo CREA, em equipamentos de igual porte ou superior, a empresa deve fornecer juntamente com a proposta dois atestados fornecidos por outros contratantes, que atestem sua capacidade de atendimento, presteza e qualidade de serviços.

9.3.6. **Capacitação Técnico-profissional** - Atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA e acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA, em nome de profissional de nível superior legalmente habilitado, integrante do quadro permanente da licitante, comprovando manutenção emitido pelo CREA, em equipamentos de igual porte ou superior.

9.3.7. **Certidão de registro de pessoa física no CREA**, em nome de cada profissional detentor de atestado apresentado em atendimento ao subitem 9.2.6, com validade



na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, emitida pelo CREA da jurisdição do domicílio do profissional. Esta certidão será dispensada caso o nome do profissional conste como responsável técnico na certidão de registro de pessoa jurídica da licitante.

9.3.8. Comprovação de integrante do quadro permanente, onde fique demonstrado que cada profissional que apresentou atestado para comprovação da capacidade técnico-profissional integra o quadro permanente da empresa licitante. Será considerado integrante do quadro permanente da empresa licitante o profissional que for sócio, diretor, empregado de caráter permanente ou responsável técnico da empresa perante o CREA.

9.3.8.1. A comprovação de que integra o quadro permanente da licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- i. Sócio: contrato social e sua última alteração;
- ii. Diretor: estatuto social e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- iii. Empregado permanente da empresa: contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria;
- iv. Responsável técnico: certidão de registro de pessoa jurídica no CREA.

9.3.9. Atestado de Visita ao Local dos serviços, assinado por representante do Instituto Federal do Paraná e pelo licitante, que comprove que a empresa licitante tomou conhecimento de todas as informações e de todas as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste CARTA CONVITE, conforme modelo constante do Anexo VI deste CARTA CONVITE

9.3.9.1. A visita deverá ser realizada por profissional competente de engenharia, indicado pela empresa, no dia 14/05/2010 – 14:00hs às 17:00 hs ser agendada na Reitoria do Instituto Federal do Paraná, situado na Rua João Negrão, 1281, Município de Curitiba, por intermédio do telefone (41) 3535-1600.

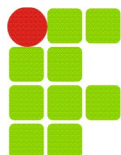
9.3.9.2. Ao comparecer ao local para efetuar a visita, o profissional indicado deverá apresentar cédula de identidade profissional emitida pelo CREA, ou documento oficial de identidade acompanhado de comprovante de qualificação profissional, e entregar uma carta de apresentação da empresa.

9.3.10. As certidões de registro de pessoa física e jurídica no CREA e as Certidões de Acervo Técnico (CAT) emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de sua autenticidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação durante o transcorrer da sessão ou quando da realização de diligências.

9.4. Os atestados apresentados para comprovação da capacitação técnico-profissional deverão ser fornecidos pela pessoa jurídica contratante da obra ou serviço objeto do atestado, não sendo admitido atestado fornecido por terceiro.

10. DA PROPOSTA DE PREÇO – ENVELOPE N° 2

10.1. O Envelope nº 2 – “PROPOSTA DE PREÇO” deverá conter a Proposta de Preço da licitante, e seus anexos, conforme abaixo;



10.1.1. A Proposta de Preço da licitante deverá atender aos seguintes requisitos;

- i. Ser apresentada em uma via, contendo todas as informações exigidas no modelo do Anexo VII deste CARTA CONVITE, constando o preço proposto expresso em Reais (R\$), em algarismos arábicos e por extenso, devidamente assinada por quem tenha poderes de representação, sem ressalvas, emendas, rasuras ou entrelinhas;
- ii. Indicar o nome empresarial da licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá realizar o objeto da licitação (o mesmo informado na habilitação), nome e identificação de seu representante legal e a data de sua apresentação;
- iii. Constar o preço global proposto, que deve computar todos os custos necessários para a realização do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, observado o disposto no subitem 10.1.3, não se admitindo qualquer alteração posterior, sob qualquer alegação;
- iv. Incluir como Anexo o Orçamento Detalhado, Cronograma Financeiro.

10.1.1.1. Toda proposta entregue será considerada com prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, quando então prevalecerá este prazo.

10.1.2. O Orçamento Detalhado, apresentado em planilha, que deverá discriminar todos os serviços a serem executados, contendo os seguintes elementos;

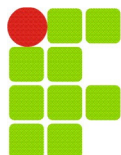
- i. Número do item;
- ii. Descrição do serviço;
- iii. Unidade de medição;
- iv. Quantidade;
- v. Preço unitário do item;
- vi. Preço total do item;
- vii. Preço total;
- viii. Preço global.

10.1.2.1. O Orçamento Detalhado deverá observar ainda o seguinte;

- i. O Preço Global será o preço total para execução dos serviços.
- ii. Os valores monetários deverão ser expressos em Reais (R\$), com apenas duas casas decimais.

10.1.2.2. A licitante deverá elaborar o seu Orçamento Detalhado com base neste CARTA CONVITE e seus anexos, e na visita para conhecimento das condições locais, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de serviços, de quantitativos, dos custos e tudo mais que for necessário para o cumprimento total das obrigações decorrentes da execução do objeto desta licitação. Durante a execução dos serviços, a contratada não poderá alegar eventuais erros de quantitativos ou omissões de serviços no seu Orçamento Detalhado para justificar aditivos contratuais.

10.1.2.3. O Orçamento Estimado apresentado no Anexo VIII deste CARTA CONVITE é a estimativa da Administração. Cada licitante deverá elaborar seu orçamento com base em suas características e condições próprias,



respeitadas as ressalvas do subitem acima, e desde que obedecem rigorosamente as especificações técnicas contidas no projeto básico.

10.2. Ocorrendo discrepância nos valores constantes da proposta da licitante, prevalecerão sempre os primeiros, nos seguintes casos:

- i. Os preços unitários em relação aos preços totais dos itens;
- ii. Os preços totais dos itens em relação ao preço total;

10.3. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto aos preços (unitários, total e global), prazos de execução, forma de pagamento ou outra condição que importe em modificação dos termos originais, salvo na hipótese do subitem 12.3.14.

10.5. O preço global máximo admitido pela Administração para o objeto a ser contratado será de R\$ 14.875,00 (quatorze mil oitocentos e setenta e cinco reais).

11. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DO CREDENCIAMENTO

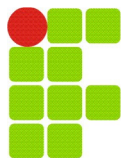
11.1. No dia, hora e local designados neste CARTA CONVITE, na presença dos representantes das licitantes presentes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, a Comissão receberá, em envelopes distintos, devidamente fechados, a documentação exigida para habilitação e proposta, bem como, se for o caso, os documentos relativos ao subitem 6.1, registrando em ata a presença dos participantes. Após o encerramento do prazo para entrega dos envelopes, nenhum outro documento será aceito pela Comissão, salvo no caso dos subitens 12.2.16 e 12.3.12.

11.2. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

11.3. Quando da entrega dos envelopes de "HABILITAÇÃO" e de "PROPOSTA DE PREÇO", o representante da licitante deverá apresentar à Comissão os seus documentos de credenciamento.

11.4. Por credenciamento entende-se, além da apresentação da Carteira de Identidade fornecida por órgão oficial, a apresentação dos documentos abaixo especificados, conforme as diferentes hipóteses de representação:

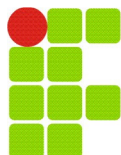
- i. Quando a licitante for constituída sob a forma de sociedade e sua representação estiver sendo exercida diretamente por membro integrante da estrutura organizacional da pessoa jurídica (Diretor, Gerente, etc.) documentos que comprovem a existência de poderes de representação do titular do cargo (atos constitutivos da pessoa jurídica – Estatutos Sociais ou Contrato Social devidamente registrados), acompanhados de documentos que comprovem a eleição do credenciando para o dito cargo (Ata de Assembléia-Geral e, quando for o caso, também Ata do Conselho de Administração, em que tenham ocorrido as eleições a serem comprovadas;
- ii. Quando a licitante for constituída sob a forma de sociedade e sua representação estiver sendo exercida de forma indireta, por procurador constituído: os mesmos documentos arrolados no inciso I, neste caso relativamente à pessoa que representar a licitante na procuração, acompanhados da procuração, na qual sejam outorgados poderes suficientes para representação em licitação.



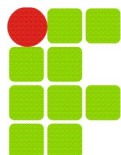
- 11.4.1. Estes documentos (originais e cópias) deverão ser apresentados fora dos envelopes, para que possam ser analisados no início dos trabalhos, antes da abertura do envelope "HABILITAÇÃO". No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião ou por membro da Comissão, à vista do original;
- 11.4.2. No caso de licitante cadastrada no SICAF, poderá ser efetuada consulta "on line" ao sistema, para fins de comprovação dos poderes de representação do representante da licitante ou do outorgante da procuração, em substituição aos atos constitutivos da pessoa jurídica exigidos nos incisos I e II acima.
- 11.5. A não-apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder por ela até que seja cumprido o disposto nos subitens 11.3. e 11.4
- 11.6. O credenciamento do representante, ou sua substituição por outro devidamente credenciado, poderá ser efetuado a qualquer momento.
- 11.7. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.
- 11.8. Das reuniões para recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação de participação serão lavradas atas circunstanciadas, distintas por sessão, que mencionarão todas as licitantes, as propostas apresentadas, as reclamações e impugnações feitas pelas licitantes e as demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, devendo ser as mesmas assinadas pelos membros da Comissão e por todos os representantes presentes das licitantes.

12. DO JULGAMENTO

- 12.1. O julgamento da licitação será realizado em duas fases, conforme abaixo, e obedecerá ao critério de "menor preço global" para o objeto deste CARTA CONVITE;
 - 12.1.1. **Fase de Habilitação:** compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope "Documentos de Habilitação" de cada licitante, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital, e para as licitantes inscritas no SICAF e que utilizarem esse Sistema, na forma e condições estabelecidas neste Edital, verificação por meio de consulta "on-line" da regularidade das licitantes quanto ao cadastramento e quanto à habilitação parcial no SICAF;
 - 12.1.2. **Fase de Classificação de Preços e Julgamento Final:** compreenderá a verificação e análise de todos os elementos contidos no envelope "Documentos de Proposta de Preço" das licitantes habilitadas na fase anterior, a elaboração da relação de classificação final das licitantes e o julgamento final das propostas de preço.
- 12.2. Fase de Habilitação
 - 12.2.1. Efetuados os procedimentos previstos no item 11 deste CARTA CONVITE, o Presidente da Comissão anunciará a abertura dos envelopes referentes aos documentos de habilitação, os quais, juntamente com os documentos relativos a declaração e comprovação da situação de ME e EPP, serão rubricados, folha por folha, pela Comissão e pelos representantes das licitantes presentes.
 - 12.2.2. A regularidade do cadastramento e da habilitação parcial da licitante no SICAF, serão confirmados por meio de consulta "on-line", quando da abertura dos envelopes Documentos de Habilitação.



- 12.2.2.1. Procedida a consulta, serão impressas as Declarações Demonstrativas da situação de cada licitante (IN - MARE n° 5/95), que deverão ser assinadas pelos membros da Comissão e por todos os representantes das licitantes presentes.
- 12.2.2.2. As declarações serão juntadas ao processo de licitação.
- 12.2.3. No caso de a licitante ser inabilitada no SICAF e comprovar, exclusivamente, mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço (IN - MARE n° 5/95 e suas alterações), ter entregue a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o Presidente da Comissão suspenderá os trabalhos e comunicará o fato ao órgão competente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 12.2.4. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste CARTA CONVITE, ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior, excetuada a situação prevista no subitem 12.2.5. deste CARTA CONVITE.
- 12.2.5. As empresas que declararem a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, mediante a apresentação do documento especificado no subitem 7.1 deste CARTA CONVITE, serão consideradas habilitadas mesmo que apresentem alguma restrição na documentação de comprovação da regularidade fiscal, que poderá ser regularizada posteriormente, conforme subitem 16.2 deste CARTA CONVITE.
- 12.2.6. Será inabilitada a licitante que não tenha apresentado o comprovante de patrimônio líquido de que trata o subitem 9.2.3.
- 12.2.7. Não sendo necessária a suspensão da reunião para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, a Comissão decidirá sobre a habilitação de cada licitante.
- 12.2.8. Caso estejam presentes os representantes de todas as licitantes, a Comissão poderá intimá-los direta e verbalmente da decisão sobre a habilitação, o que deverá constar da ata que documentar a reunião, a qual deverá ser assinada por todos os membros da Comissão e pelos representantes das licitantes presentes.
- 12.2.9. Intimadas todas as licitantes, direta e verbalmente, durante a própria reunião, da decisão da Comissão sobre a habilitação e dispondo-se elas a renunciarem ao exercício do direito de recorrerem da decisão, tal renúncia deverá constar, expressamente, da ata que documentar a reunião, a qual necessariamente deverá ser assinada por todas elas, hipótese em que serão devolvidos às licitantes inabilitadas os envelopes fechados com as "Propostas de Preço", procedendo-se, em seguida, à abertura dos envelopes com as "Propostas de Preço" das licitantes habilitadas. Não havendo renúncia expressa de alguma licitante ao exercício do direito de interposição de recurso, cujo prazo então começará a fluir, a Comissão encerrará a sessão, mantendo em seu poder os envelopes com as "Propostas de Preço", fechados e devidamente rubricados, por todos os seus membros e pelos representantes das licitantes presentes.
- 12.2.10. Caso julgue necessário, a Comissão poderá suspender a reunião, para análise da documentação, realização de diligências ou consultas, tudo sendo registrado em ata.
- 12.2.11. Suspensa a reunião, todos os documentos de habilitação e os envelopes "PROPOSTA DE PREÇO", estes devidamente fechados, ficarão em poder da

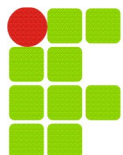


Comissão, após serem rubricados por todos os seus membros e pelos representantes das licitantes presentes.

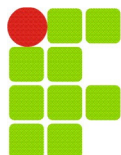
- 12.2.12. Não estando presentes à reunião os representantes de todas as licitantes, ou ainda que presentes, algum deles tenha deixado de assinar a ata que a documentou, após a análise da documentação ou a realização de diligências ou consultas, a Comissão fará publicar, no DOU, sua decisão quanto à habilitação, o que abrirá o curso do prazo recursal.
- 12.2.13. Se algum licitante considerado INABILITADO ou qualquer outro participante do certame demonstrar interesse na interposição de recursos referentes à habilitação, o Presidente da Comissão de Licitação suspenderá os trabalhos e fixará prazo de 5 (cinco) dias úteis até a apreciação dos mesmos
- 12.2.14. Decorrido o período recursal, sem a interposição de recursos ou apreciados os eventualmente interpostos na forma da lei, a Comissão marcará a data para abertura dos envelopes de “PROPOSTA DE PREÇO” das licitantes habilitadas.
- 12.2.15. Os envelopes com os documentos relativos à “Proposta de Preço” das licitantes inabilitadas, não retirados pelos seus representantes na data marcada para sua abertura, permanecerão em poder da Comissão, devidamente lacrados, durante vinte dias consecutivos contados da data citada acima. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.
- 12.2.16. Após a fase de habilitação não é admitida desistência da proposta, que será considerada em todos os seus efeitos obrigacionais, salvo, por motivo justo decorrente de fato superveniente aceito pela Administração.
- 12.2.17. Quando todas as licitantes forem inabilitadas, a Administração poderá fixar às licitantes o prazo de oito dias úteis para apresentação de nova documentação de habilitação, escoimada das causas da inabilitação, permanecendo os envelopes contendo a “Proposta de Preço” em poder da Comissão.

12.3. Fase de Classificação de Preços e Julgamento Final

- 12.3.1. Decidida a habilitação, serão abertos os envelopes “Proposta de Preço” das licitantes habilitadas, os quais serão rubricados folha por folha pela Comissão e pelos representantes das licitantes presentes.
- 12.3.2. As Propostas de Preço manifestamente inexeqüíveis serão desclassificadas, não se admitindo complementação posterior.
- 12.3.3. Será também desclassificada a proposta que, para a sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.
- 12.3.4. Será também desclassificada a proposta que, para a sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.
- 12.3.5. Considerar-se-ão manifestamente inexeqüíveis os preços que sejam inferiores a 70% do menor dos seguintes valores:
 - i. Média aritmética dos valores das propostas válidas superiores a 50% do valor estimado conforme Anexo VII deste CARTA CONVITE; ou
 - ii. Valor estimado pela Administração, conforme Anexo VII deste CARTA CONVITE.



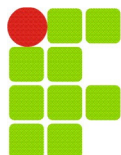
- 12.3.6. Caso julgue necessário, a Comissão poderá suspender a reunião, para análise da documentação quanto à classificação das “Propostas de Preço”.
- 12.3.7. Suspensa a reunião, todos os documentos das “Propostas de Preço” ficarão em poder da Comissão, após serem rubricados por todos seus membros e pelos representantes das licitantes presentes.
- 12.3.8. Não sendo necessária a suspensão da reunião para análise das “Propostas de Preço”, ou para a realização de diligências ou consultas, a Comissão procederá à análise das mesmas e decidirá sobre a classificação final de cada licitante.
- 12.3.9. Caso estejam presentes os representantes de todas as licitantes, a Comissão poderá intimá-los direta e verbalmente da decisão sobre a classificação das “Propostas de Preço”, o que deverá constar da ata que documentar a reunião, a qual deverá ser assinada por todos os membros da Comissão e pelos representantes das licitantes presentes.
- 12.3.10. Intimadas todas as licitantes direta e verbalmente, durante a própria reunião, da decisão da Comissão sobre a classificação das “Propostas de Preço” e dispondo-se elas a renunciarem ao exercício do direito de recorrerem da decisão, tal renúncia deverá constar, expressamente, da ata que documentar a reunião, a qual necessariamente deverá ser assinada por todas elas. Manifestada que seja a intenção, por uma das licitantes, de interpor recurso, começará a fluir, desde então, o prazo recursal.
- 12.3.11. Não estando presentes à reunião os representantes de todas as licitantes, ou ainda que presentes, algum deles tenha deixado de assinar a ata que a documentou, a Comissão, após a análise da documentação ou a realização de diligências ou consultas, fará publicar no DOU sua decisão quanto à classificação final das licitantes, o que abrirá o curso do prazo recursal.
- 12.3.12. Quando todas as “Propostas de Preço” forem desclassificadas, a Administração poderá fixar o prazo de oito dias úteis para a apresentação de novas propostas de preço, escoimadas das causas que determinaram a desclassificação.
- 12.3.13. As licitantes serão classificadas em função de seus preços globais ajustados, se for o caso, conforme o disposto no subitem 10.2, os quais serão listados em ordem crescente, sendo considerada classificada em primeiro lugar a proposta que apresentar o menor preço global.
- 12.3.14. Ocorrendo empate, será assegurada a preferência de contratação para as empresas que apresentaram o documento especificado no subitem 7.1 deste edital, declarando a sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - 12.3.14.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta classificada em primeiro lugar.
 - 12.3.14.2. Ocorrendo empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será notificada para apresentar nova proposta de preço, com preço global inferior ao da proposta mais bem classificada de acordo com o subitem 12.3.13 deste edital. A nova proposta de preço, acompanhada dos respectivos anexos (Proposta de Preço e Orçamento Detalhado), deverá ser apresentada de acordo com o item 9 deste CARTA CONVITE.
 - 12.3.14.3. A apresentação da nova proposta será em sessão pública, a ser realizada num prazo de 2 (dois) dias úteis, convocada mediante publicação no DOU.



- 12.3.14.4. Tendo sido apresentada nova proposta, nos termos do subitem 12.3.14.2 deste edital, e esta sendo considerada válida, a proponente será declarada vencedora do certame.
- 12.3.14.5. Não ocorrendo a apresentação de nova proposta válida, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 12.3.14.1 deste CARTA CONVITE, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, na forma dos subitens 12.3.14.2, 12.3.14.3 e 12.3.14.4 deste CARTA CONVITE.
- 12.3.14.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 12.3.14.1 deste CARTA CONVITE, será realizado, na própria sessão, sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta, na forma dos subitens 12.3.14.2, 12.3.14.3 e 12.3.14.4 deste CARTA CONVITE.
- 12.3.14.7. Na hipótese de não-apresentação de nova proposta válida pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 12.3.14.1 deste edital, será declarada vencedora da licitação a empresa que originalmente apresentou a proposta classificada em primeiro lugar.
- 12.3.14.8. O disposto no subitem 12.3.14 somente se aplicará quando a proposta originalmente classificada em primeiro lugar não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 12.3.15. Ocorrendo o empate dos preços globais, entre duas ou mais propostas apresentadas por empresas não consideradas micro-empresas ou empresas de pequeno porte, a classificação final se fará por sorteio em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, para em sessão pública acompanhar o seu processamento, o qual deverá ser feito através da aposição em cédulas dos nomes das licitantes empatadas, sendo que ditas cédulas deverão ser colocadas em urna fechada, da qual será retirada apenas uma das cédulas, sendo esta a primeira classificada e assim retirando as cédulas sucessivamente até que se classifiquem todas as licitantes então empatadas.
- 12.3.15.1. Decorridos trinta minutos da hora marcada, sem que compareçam todas as convocadas, o sorteio será realizado, a despeito das ausências.
- 12.3.16. Não será considerada qualquer oferta de vantagem, não prevista neste CARTA CONVITE ou baseada nas ofertas das demais licitantes.
- 12.3.17. Publicado o resultado do julgamento da licitação no DOU, decididos os recursos eventualmente interpostos ou decorrido o prazo recursal sem sua interposição e, se for o caso, efetuada a regularização da documentação relativa à regularidade fiscal da licitante vencedora, o julgamento da licitação será submetido à autoridade contratante para homologação do procedimento, adjudicação de seu objeto à licitante vencedora e decisão quanto à contratação.

13. DOS RECURSOS

- 13.1. Dos atos da Administração ou da Comissão, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/1993, caberá:
- 13.1.1. Recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata nos casos de:



- i. Habilitação ou inabilitação da licitante;
- ii. Julgamento das propostas;
- iii. Anulação ou revogação da licitação;
- iv. Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I, do artigo 79, da Lei nº 8.666/1993;
- v. Aplicação das sanções de advertência, suspensão temporária ou multa.

13.1.2. Representação, no prazo de 2 (dois) dias úteis, da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

13.2. O recurso, previsto nos 13.1.1 e 13.1.2, terá efeito suspensivo e será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis. A autoridade competente poderá, motivadamente e se presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos recursos previstos nas demais alíneas do mencionado subitem.

13.2.1. Os recursos interpostos contra os atos praticados pela Comissão deverão ser dirigidos à autoridade contratante, por intermédio do Presidente da Comissão, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.3. A intimação dos atos referidos nas alíneas "i", "ii", "iii", "iv" e "v", do subitem 13.1.1, excluindo-se as sanções de advertência e multa de mora, e no subitem 13.1.3, será feita mediante publicação no DOU, salvo para os casos previstos nas alíneas "i" e "i", subitem 13.1.1, se presentes os prepostos de todas as licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feito por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

13.4. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

14. DO PREÇO E DO REAJUSTAMENTO

14.1. O preço do objeto da presente licitação será aquele ofertado na proposta vencedora, sendo fixo e irrevogável.

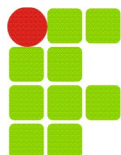
14.2. Os serviços serão executados pelo preço global constante da proposta de preço da licitante adjudicatária, o qual incluirá todas as despesas necessárias à sua perfeita conclusão, ajustado, se for o caso, de acordo com o disposto no subitem 12.3.13 deste Edital.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá no exercício de 2010 através da seguinte Dotação Orçamentária: 26432 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; Programa de trabalho: 12.363.1062.2992.0041 – Funcionamento da Educação Profissional no Estado do PR. Fonte de recursos: 0112.000000, Natureza da despesa: 33.90.39 – Serviços de Terceiros PJ.

16. DA CONTRATAÇÃO

16.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por instrumento de contrato conforme minuta constante do Anexo XI deste CARTA CONVITE, celebrado entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, doravante denominada Contratante, e a licitante adjudicatária, doravante denominada Contratada,



que observará os termos da Lei nº 8.666/1993, deste CARTA CONVITE e demais normas pertinentes.

16.2. Caso uma microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora da licitação e haja alguma restrição na comprovação da sua regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da autoridade contratante, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.2.1. O termo inicial do prazo para regularização da documentação corresponderá à data em que o proponente for declarado o vencedor.

16.2.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 16.2 deste CARTA CONVITE, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na alínea “e” do inciso II do subitem 21.1. deste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observado o disposto no subitem 12.3.14 deste edital, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

16.3. A licitante para a qual foi adjudicado o objeto da licitação, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados após a devida convocação, para celebrar o referido contrato, do qual farão parte o CARTA CONVITE, incluídos os seus Anexos, e a respectiva proposta de preço. Em caso de recusa injustificada, ser-lhe-á aplicado o disposto na alínea “f”, do inciso II do subitem 21.1.

16.3.1. A convocação, citada no item 16.3, será efetuada após a liberação orçamentária referente a este processo licitatório pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, e a devida formalização da doação do imóvel para o Instituto Federal do Paraná.

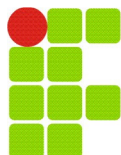
16.4. Se a licitante adjudicatária não assinar o termo de contrato no prazo estabelecido, é facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observado o disposto no subitem 12.3.14 deste CARTA CONVITE, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela licitante adjudicatária, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista na alínea “f”, do inciso II, do subitem 21.1.

16.5. O contrato resultante da presente licitação só terá validade depois de publicado, por extrato, no DOU, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/1993.

16.6. A publicação resumida do instrumento de contrato, ou de seus eventuais aditamentos, no DOU, será providenciada e custeada pela Administração, mediante remessa à Imprensa Nacional do texto do extrato a ser publicado até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para que ocorra efetivamente no prazo de vinte dias contados da mencionada remessa.

16.7. Antes da celebração do instrumento de contrato, a comprovação de regularidade do cadastramento e habilitação parcial no SICAF será verificada pela Administração, por meio de consulta “on-line” ao sistema, devendo seu resultado ser impresso e juntado ao processo.

16.7.1. No caso de a licitante adjudicatária apresentar irregularidade no seu cadastramento e habilitação parcial no SICAF, a assinatura do contrato ficará suspensa até a devida regularização por parte da licitante, observando-se o prazo para aplicação de multas pertinentes.



COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA PROJETOS, OBRAS E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO IFPR

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

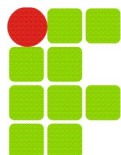
- 16.8. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições apresentadas durante o certame, particularmente às referentes aos responsáveis técnicos indicados.

17. DOS PRAZOS

- 17.1. O prazo para execução do objeto da presente licitação será de 45 (quarenta e cinco) dias e terá como termo inicial a data de assinatura do contrato.
- 17.2. O prazo contratual só poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra um dos motivos previstos no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993, mediante termo aditivo.
- 17.2.1. Serão descontados do prazo contratual de execução os atrasos eventualmente ocasionados por responsabilidade da Administração, bem como aqueles oriundos de caso fortuito e/ou de força maior.
- 17.3. O contrato resultante desta licitação terá como termo inicial de vigência a data da sua assinatura e vigorará até o recebimento do objeto desta licitação.

18. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 18.1. São obrigações da Contratante as apresentadas na Cláusula Sexta, do Anexo XI deste CARTA CONVITE.
- 18.2. São obrigações da Contratada as apresentadas neste CARTA CONVITE, incluídos os seus Anexos, principalmente as discriminadas na Cláusula Sétima do Anexo XI.
- 18.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração especialmente designado pela autoridade contratante, por meio de portaria, doravante denominado "Fiscal do Contrato".
- 18.4. A fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 18.5. À Contratada caberá sanar as falhas apontadas, submetendo posteriormente os serviços impugnados a nova verificação do Fiscal do Contrato.
- 18.6. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto da presente licitação, até 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- 18.7. A elaboração do projeto deverá ser efetuada, obrigatoriamente, sob a responsabilidade técnica dos profissionais cujos atestados foram apresentados pela licitante para comprovação da capacidade técnico-profissional, em atendimento ao subitem 9.2.5 deste CARTA CONVITE.
- 18.7.1. Somente será admitida a substituição de profissional detentor de atestado apresentado na fase de habilitação, em atendimento ao subitem 9.2.5 deste edital, por outro com experiência equivalente ou superior. A proposta de substituição de profissional deverá ser apresentada por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá a indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico, e acompanhada da baixa da ART do profissional que está sendo substituído. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela Administração.

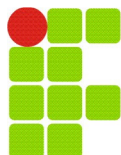


19. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 19.1. Concluídos os serviços, a Contratada notificará a Contratante por meio de carta entregue ao Fiscal do Contrato, mediante recibo.
- 19.2. Verificado o adequado cumprimento de todas as condições contratuais, o Fiscal do Contrato efetuará o Recebimento dos serviços, lavrando o Termo de Recebimento, que será encaminhado à autoridade contratante.
- 19.3. Caso seja constatado o não-cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, o Fiscal do Contrato lavrará relatório circunstanciado dirigido à autoridade contratante, que adotará as medidas cabíveis.
- 19.4. Não concluídos os serviços dentro do prazo contratual, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas no subitem 21.1.
- 19.5. Aceitos os serviços pela Contratante, a responsabilidade da Contratada subsiste na forma da lei.

20. DO PAGAMENTO

- 20.1. O pagamento, referente aos serviços prestados será efetivado por meio de emissão de Ordem Bancária, feita através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.
- 20.2. Cumprido o disposto no subitem 19.2, a Contratada emitirá a nota fiscal/fatura, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preço e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo se de filial da contratada.
- 20.3. O pagamento à Contratada será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da nota fiscal/fatura pelo Fiscal do Contrato, referente à medição quinzenal, desde que a Contratada apresente os documentos de cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias e previdenciária e a comprovação das obrigações trabalhistas.
- 20.4. Serão retidos na fonte:
 - i. O Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto desta licitação, conforme Instrução Normativa SRF nº 480/2004, publicada no DOU de 29/12/2004, alterada pela IN SRF nº 539/2005 de 25/04/2005;
 - ii. O valor relativo às contribuições sociais destinadas à Previdência Social, sendo a base de cálculo da retenção apurada nos termos da legislação previdenciária;
 - iii. Os valores devidos a título de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme legislação tributária da execução do objeto deste CARTA CONVITE.
- 20.5. Não haverá a retenção prevista na alínea “i” do subitem anterior na hipótese da Contratada ser optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e



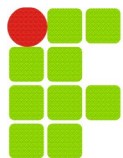
COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA PROJETOS, OBRAS E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO IFPR

Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006.

- 20.6. Quando da emissão da nota fiscal ou fatura, a contratada deverá destacar os valores das retenções referentes ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a contribuição para o PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa SRF nº 480/2004, publicada no DOU de 29/12/2004, e suas alterações.
- 20.7. Antes do pagamento será observada a comprovação da regularidade do cadastramento e da habilitação parcial no SICAF.
- 20.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por culpa comprovada da Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, devendo ser equivalente a 1% (um por cento) ao mês, calculados de forma não composta, pro rata *tempore-die*.
- 20.9. A critério da Contratante, poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da Contratada, relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas abaixo, garantida a prévia defesa:
 - i. Advertência;
 - ii. Multas (que deverão ser recolhidas exclusivamente em agências do Banco do Brasil S.A., por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU, a ser preenchida de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):
 - a. De 0,2 % por dia de atraso na entrega dos serviços, calculada sobre o valor total dos subitens não concluídos até o término do prazo final de execução do objeto do contrato, limitada a 10% do mesmo valor;
 - b. De 10,0 % sobre o valor dos subitens não executados, no caso de inexecução parcial do contrato;
 - c. De 0,2 % sobre o valor total do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato não especificada nas alíneas “a” e “b” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
 - d. De 2,0 % sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, não se eximindo a mesma das demais sanções cabíveis;
 - e. De 2,0 % sobre o valor total da proposta, no caso da licitante vencedora não regularizar a documentação relativa à regularidade fiscal, conforme subitem 17.2 deste CARTA CONVITE;
 - f. De 2,0 % sobre o valor total da proposta, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato.
 - iii. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFPR, por prazo não superior a dois anos;



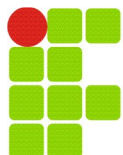
- iv. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a sanção, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 21.2. No processo de aplicação da sanção administrativa é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 21.3. As sanções previstas nos incisos i, iii e iv, do subitem 21.1, poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso ii.
- 21.4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.
 - 21.4.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será cobrado administrativa e/ou judicialmente.
- 21.5. As sanções previstas nos incisos iii e iv do subitem 21.1 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta lei:
 - 21.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 21.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 21.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22. DA RESCISÃO DO CONTRATO

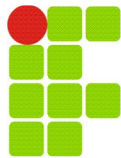
- 22.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, mediante motivação formal nos autos respectivos, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/1993.
- 22.2. No caso de rescisão determinada por ato unilateral da Contratante ficam asseguradas à Contratante, sem prejuízo das sanções cabíveis:
 - i. Execução dos valores das multas e indenizações devidos à Contratante;
 - ii. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Contratante.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos de “HABILITAÇÃO” e de “PROPOSTA DE PREÇO” ou quaisquer outros, após sua apresentação.
- 23.2. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente CARTA CONVITE.



- 23.3. Na contagem dos prazos estabelecidos em dias neste CARTA CONVITE, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no IFPR.
- 23.4. Independentemente de declaração expressa, a simples participação na presente licitação implica em submissão a todas as condições estipuladas neste CARTA CONVITE, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na Lei nº 8.666/1993 e nas demais normas legais vigentes.
- 23.5. A autoridade contratante somente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do artigo 49, da Lei nº 8.666/1993.
- 23.6. No caso de alteração deste CARTA CONVITE no curso do prazo estabelecido para o recebimento dos documentos de “Habilitação” e “Proposta de Preço”, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 23.7. Na hipótese de não haver expediente normal no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o segundo dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.
- 23.8. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital, deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão de Licitação para Projetos, Obras e Manutenção da Infraestrutura, Rua João Negrão, 1281, bairro Rebouças, no município de Curitiba/PR, CEP 80.230-150 ou através do *e-mail* infraestrutura@ifpr.edu.br, até o 2º dia útil anterior à data de abertura da licitação, as quais serão consolidadas e respondidas, por e-mail, após esgotado o prazo de consulta..
- 23.9. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital, será competente o Foro da Justiça Federal em Curitiba, Seção Judiciária do Estado do Paraná.
- 23.10. Cópia do Edital e seus anexos poderão ser fornecida em versão digital, gravada em CD (compact disc) ou similar, a ser fornecido pelo interessado, a partir da publicação, no horário das 09 às 12 horas e das 14 às 17 horas no prédio da Reitoria do Instituto Federal do Paraná, no endereço constante do item 23.8.
- 23.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Comissão de Licitação para Projetos, Obras e Manutenção da Infraestrutura, segundo a legislação de regência, as normas do presente Edital e seus Anexos, as Cláusulas do Contrato, os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, a teor do art. 54 da Lei nº. 8.666/1993.
- 23.12. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvada a hipótese do parágrafo único, do art. 59, da Lei nº 8.666/1993.
- 23.13. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 23.14. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.



INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA PROJETOS, OBRAS E
MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO IFPR**

Curitiba, 7 de maio de 2010

Pierre Luís Alves
Presidente da Comissão de Licitação para Projetos,
Obras e Manutenção da Infraestrutura